



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

ATA Nº 1/2026

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Página | 1

LOCAL: PALÁCIO DA JUSTIÇA DE CASTELO BRANCO

DATA: 26/02/2026

Pelas 12:00 horas deu-se início à reunião, encontrando-se presentes:

- O Exmo. Sr. Juiz Presidente, **Dr. Miguel Mauro Fernandes de Castro**;
- O Exmo. Sr. Magistrado do Ministério Público Coordenador, **Dr. António Filipe Gaspar da Costa Maciel**;
- A Exma. Sra. Administradora Judiciária, **Dra. Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa**;
- O Exmo. Sr. Procurador da República, **Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos**, representante dos Exmos. Srs. Procuradores da República;
- O Exmo. Sr. Dr. **Francisco Pombo**, em representação da ordem dos Advogados;
- A Exma. Sra. **Sandra de Jesus Dias da Silva**, representante dos Senhores Oficiais de Justiça em exercício de funções na Comarca,

comigo, António Heitor, Oficial de Justiça em funções no Gabinete de Apoio à Gestão da Comarca de Castelo Branco, encontrando-se ainda presente a Sra. Estagiária Sofia Bentes, tendo por objeto os seguintes pontos:

Ponto 1 – Aprovação do Relatório Anual da Comarca;

Ponto 2 - Outros assuntos.

Não se encontravam presentes:

- O Exmo. Senhor Dr. Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, representante do Município do Fundão;

- A Exma. Sra. Lúcia Maria P. Silva, representante da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, tendo comunicado que se encontrava impedida;



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

- O Exmo. Senhor Eng.º João Lobo, representante do Município de Proença-a-Nova;
- O Exmo. Sr. Vice-Reitor Professor João Carlos Leitão, representante da UBI da Covilhã, tendo comunicado que se encontrava impedido e
- O Exmo. Senhor Sérgio Santos, representante da área da economia.

Página | 2

Iniciada a reunião, o Senhor Juiz Presidente efetuou uma breve referência ao relatório anual da Comarca referente ao ano de 2025, disponibilizando-se a prestar quaisquer esclarecimentos.

Seguidamente, foi dada a palavra, ao Magistrado do Ministério Público Co-ordenador, Dr. António Filipe Gaspar da Costa Maciel, que, no seu uso, efetuou uma análise da situação do Ministério Público na Comarca, com ênfase no Núcleo da Sertã, dada a ausência por baixa médica da titular, o que implicou a acumulação por número significativo de Magistrados da Comarca.

Referiu que o problema poderá ser resolvido com a colocação de dois Magistrados, em março, sendo um em Castelo Branco e outro na Sertã.

Sublinhou a necessidade de instalação de um JIC e a efetiva instalação do DIAP na Comarca.

Dada a palavra à Exma. Administradora Judiciária, Dra. Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa, no seu uso disse nada ter a acrescentar ao que consta no relatório anual.

Concedida a palavra ao Exmo. Sr. Procurador da República, Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos, no seu uso aludiu aos problemas com os equipamentos das salas de audiência, nomeadamente as videoconferências e equipamento sonoro, que causam constrangimentos na realização das audiências de julgamento, importando seguramente em muitas horas perdidas.

Aludiu ainda à falta de formação de quem utiliza os referidos equipamentos.

Constatou ainda que o equipamento informático distribuído aos Sr. Magistrados do Ministério Público está obsoleto.

Finalmente, referiu que o quadro de Magistrados se revela insuficiente quando se verifica alguma ausência, não havendo substitutos.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Dada a palavra ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Pombo, o mesmo referiu que as maiores preocupações dos Srs. Advogados se centram no Juízo Local Cível de Castelo Branco e no Ministério Público da Sertã, situações já referidas na presente reunião.

Quanto às dificuldades com o equipamento informático, sustentou a necessidade de uma contratação pública adequada, planificando-se logo aquando da sua aquisição a necessidade de substituição do equipamento.

Página | 3

Mais afirmou a disponibilidade dos Srs. Advogados para o que for necessário.

Dada a palavra à Sra. Oficial de Justiça Sandra de Jesus Dias da Silva, no seu uso referiu que, após auscultar os colegas, o único que lhe fez chegar uma preocupação, foi o Sr. Escrivão do Juízo Local Cível do Núcleo da Covilhã, que referiu a falta de Oficiais de Justiça.

Realçou que os equipamentos informáticos disponíveis estão muito antiquados, sendo lentos e obrigando a frequentes reinícios do computador.

Manifestou o receio de não ocorrerem novas entradas de Oficiais de Justiça, nos próximos tempos, dado o impasse nas negociações em curso.

Ao nível das instalações aludiu ao facto de, no edifício 2 do Núcleo de Castelo Branco, duas casas de banho femininas estarem inoperacionais, sendo que uma delas é a casa de banho destinada aos cidadãos com mobilidade reduzida.

Reiterou a justeza na atribuição de dois lugares de estacionamento aos Oficiais de Justiça perto do parque reservado ao Tribunal.

Pelos Srs. Conselheiros presentes não foi oposta qualquer objeção ao teor do relatório.

Nada mais havendo a tratar, sendo 12:35 horas, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar se lavrou a presente ata, que após lida e revista, vai ser assinada.

Miguel Mauro Castro	Assinado de forma digital por Miguel Mauro Castro Dados: 2026.02.27 11:09:57 Z
------------------------	--

Miguel Mauro Fernandes de Castro
(Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Filipe
Maciel

Assinado de forma
digital por Filipe Maciel
Dados: 2026.02.27
14:51:53 Z

António Filipe Gaspar da Costa Maciel

(Magistrado do Ministério Público Coordenador do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

Página | 4

Célia
Rodrigues
Costa

Assinado de forma
digital por Célia
Rodrigues Costa
Dados: 2026.02.27
11:31:59 Z

Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa

(Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)